

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA



IGOR LIMA DA SILVA

Brasília - DF
2021

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE FILOSOFIA

IGOR LIMA DA SILVA

**DESCORTINANDO A LÓGICA DA COLONIALIDADE: REFLEXÕES SOBRE A
EPISTEMOLOGIA EUROCÊNTRICA E O PROJETO DECOLONIAL.**

Monografia apresentada como requisito parcial para a
obtenção do título de licenciado em Filosofia

. Orientação: Prof. Dr. Wanderson Flor do Nascimento

Brasília - DF
2021

Resumo: O presente trabalho tem como proposta investigar os conceitos de colonialidade e decolonialidade. Partindo de uma das questões centrais da teoria decolonial, o conhecimento, me proponho a investigar a noção de colonialidade do saber como uma consequência/produto de um longo processo da colonialidade. Iniciarei essa incursão partindo do conceito de colonialidade: Qual a sua natureza, efeitos e manifestações. A partir da definição do conceito de colonialidade, irei me deter à noção de eurocentrismo e como ele se situa no cenário colonial. Na segunda parte, me proponho a investigar os efeitos dos processos de dominação epistêmica introduzindo o conceito de colonialidade do saber. Como resposta a colonialidade e suas diversas ramificações, apresento o conceito decolonialidade como um projeto acadêmico-político de intervenção.

Palavras-chave: Colonialidade, Decolonialidade, Raça, conhecimento.

Colonialidade, conceito criado pelo sociólogo peruano Anibal Quijano na década de 90, nasce com o objetivo de revisitar o conceito de colonialismo, conceito esse que nomeia a dominação de um povo sobre o outro mediante o domínio da política, cultura, e território. O conceito proposto por Quijano possibilitou uma mudança e renovação na discussão do termo colonialismo e seu legado, abrindo novas possibilidades para pensar a experiência colonial e os seus desdobramentos. Colonialidade se torna então um marco para pensarmos as problemáticas envolvidas no processo colonial mas destaca-se sobretudo para a elaboração do conceito de descolonização. Para Mignolo, colonialidade será o conceito que nomeia a lógica subjacente da fundação e do desdobramento da civilização ocidental (Mignolo, pag). Essa lógica que não se manifesta de forma clara, será o mecanismo utilizado pelos colonizadores desde o renascimento até os dias atuais para empreender suas forças mesmo após o momento de cisão entre colonizador e colonizado. Mesmo após a independência, ou libertação palavra também utilizada por outros pensadores/teóricos, a colonialidade será um artifício que irá perpetuar de forma sutil e implícita a dominação de um povo sobre o outro.

Em um primeiro contato com ambos conceitos, colonialismo e colonialidade, podemos acabar nos equivocando quanto aos seus reais significados. Apesar da similaridade na escrita, ambos dizem respeito a fenômenos e momentos históricos diferentes. Para tornar mais clara essa diferença Maldonado Torres argumenta que:

O colonialismo denota uma relação política e econômica, na qual a soberania de um povo reside no poder de outro povo ou nação, o que constitui a tal nação em um império. Distinta desta ideia, a colonialidade se refere a um padrão de poder que emergiu como resultado do colonialismo moderno, mas que em vez de estar limitado a uma relação formal de poder entre dois povos ou nações, se refere à forma como o trabalho, o conhecimento, a autoridade e as relações intersubjetivas se articulam entre si, através do mercado capitalista mundial e da ideia de raça. Assim, pois, embora o colonialismo preceda a colonialidade, a colonialidade sobrevive ao colonialismo (MALDONADO-TORRES, 2007, p. 131).

No colonialismo histórico, a apropriação territorial e tudo que se soma a vida dos indivíduos colonizados e feita por meio da imposição da força e pela supremacia de uma nação sobre a outra. O colonialismo europeu no final do século XV irá marcar uma grande transformação na história mundial, transformação essa que conectou iniciativas europeias, escravizou os povos africanos e que desmantelou civilizações. Mignolo irá argumentar que foi a emergência de uma estrutura de controle e administração de autoridade, economia, subjetividade e normas e relações de gênero e sexo, que eram conduzidas pelos europeus (atlânticos) ocidentais (a península ibérica, Holanda, França e Inglaterra) (Mignolo, 2017 P. 4). Ao revisitar o conceito de colonialismo, Quijano irá propor o conceito de Colonialidade do poder, conceito esse que traz à tona a discussão/realidade de que mesmo após a libertação/independência dos países colonizados, outros mecanismos de poder perpetuam a continuidade da expropriação e domínio.

Para Mignolo (2003), ao colocar sob perspectiva passado e presente da América Latina e a construção das nações que ocorreram no decorrer do século XIX o conceito de colonialidade se faz necessário para refletirmos sobre as violências e opressões as quais esses países foram submetidos e principalmente as feridas coloniais deixadas por todo esse processo.

Pensar o continente europeu antes e depois das Grandes Navegações e dos colonialismos históricos é uma tarefa crucial para situarmos o continente europeu em comparação aos demais. Ao suscitar a importância dessa comparação, a historiadora Karen Armstrong (2002) observa e destaca dois pontos importantíssimos para pensar as singularidades das conquistas do ocidente, em relação à história documentada até o século XVI: a Economia e a Epistemologia. Karen irá destacar que no âmbito da economia, “a nova sociedade da Europa e suas colônias americanas tinham uma base econômica diferente”, (Armstrong, 2002, P. 142). Essa diferença consistia basicamente em reinvestir o excedente com a finalidade de aumentar a produção. Essa dinâmica econômica praticada pelos europeus será a primeira transformação que diferencia o continente europeu em relação aos demais entre os séculos XVI e XXI. Ao reinvestir a produção excessiva, o ocidente reproduzia suas riquezas de forma indefinida. A segunda transformação se deu no campo da Epistemologia, fato ligado ao Renascimento Europeu. A transformação no campo epistemológico segundo a autora irá abarcar tanto a

ciência enquanto conhecimento, como arte enquanto significado. (Armstrong, 2002. P. 142). O século XVI na história europeia é marcado por grandes avanços no campo epistemológico, fato esse que se estendeu até o século XVII e que possibilitou a compreensão de fenômenos antes incompreendidos bem como a possibilidade de intervenção-controle sobre o meio ambiente/natureza.

Armstrong ao estabelecer os dois pontos que situam a Europa/continente europeu em um contexto colonial, irá argumentar que ambos os pontos são relevantes para entendermos a situação na qual o continente europeu se encontrava. No campo da economia, temos um pilar do que hoje entendemos como capitalismo, e no campo da ciência uma revolução científica que foi utilizada a propósito do colonizador.

A ideia de modernidade irá surgir portanto no cenário descrito por Armstrong. Walter Mignolo irá argumentar que a ideia de modernidade preconizada pelos Europeus se apresentou como uma colonização dupla, uma colonização do tempo que tem como seu arcabouço pela invenção renascentista da Idade média, e a colonização do espaço que se deu na colonização e conquista das Américas.

A descoberta da América será o marco histórico que delimita o início de dois processos que de forma articulada irão influenciar diretamente a história mundial posterior: a modernidade e a organização colonial do mundo. O colonialismo na América não irá impulsionar somente a organização colonial do mundo mas irá expandir seu domínio colonial mediante a constituição colonial dos saberes, das linguagens, da memória (Mignolo, 1995) e do imaginário (Quijano, 1992). A colonização europeia da América no século XVIII inaugurou na história um novo momento onde pela primeira vez, se organiza a totalidade do espaço e do tempo todas as culturas, povos e territórios do planeta, presentes e passados numa grande narrativa universal (Lander, 2005 P. 10)

Um requisito para descobrir quais os projetos da colonialidade, e como seus mecanismos atuam/atuaram na história da humanidade, é fundamental que comecemos nosso plano de investigação pelo conceito de modernidade. A modernidade é o marco histórico que marca a era das grandes navegações e a ascensão da Europa perante o mundo. Segundo Mignolo, a modernidade é um período histórico marcado por uma narrativa complexa, cujo ponto de origem foi a Europa (Mignolo, 2017, P. 10), narrativa responsável pela construção e desenvolvimento da civilização ocidental.

Ao passo que o continente Europeu celebra suas conquistas, oculta-se todo o processo de conquista e suas violências implicadas. Para Mignolo, entender a narrativa construída pela modernidade é o meio pelo qual compreendemos os projetos da colonialidade, uma ligação umbilical que une uma a outra. A colonialidade, em outras palavras, é constitutiva da modernidade – não há modernidade sem colonialidade (Mignolo, 2017 P.2).

A modernidade como conhecemos, não surgiu no continente europeu como costumeiramente é afirmado. A narrativa eurocêntrica irá ao colocar/impor o continente como berço da modernidade, faz alusão a um processo evolutivo superior ao dos demais continentes. No percurso histórico popularmente difundido, a Europa irá ocupar esse lugar central na história, sendo a modernidade exportada para outros lugares menos “evoluidos”. A descoberta da América e o colonialismo são pontos cruciais para entendermos o movimento/momento fundante desse período histórico, e também para compreendermos a estratégia que elege a Europa como centro do mundo. Ao refletir sobre a modernidade, os intelectuais do terceiro mundo argumentam que o colonialismo foi condição *sine qua non* de formação não apenas da Europa, mas da própria modernidade (Joaze Bernardino, 2016).

A questão da modernidade tem um papel central na problemática de como o eurocentrismo passou a ser uma corrente hegemônica na história do pensamento. Para Quijano (2005), o primeiro mito fundacional do eurocentrismo se apresentará como uma idéia-imagem, representação essa que remete a história da civilização desde o estado de natureza, estágio caracterizado como mais "primitivo" até a culminação no homem europeu. Esse mito fundacional traz consigo outras concepções. Ao partir do pressuposto de que o homem europeu é o mais desenvolvido/avançado da história da humanidade, levou-os também a pensar-se como os modernos da humanidade e de sua história, isto é, como o novo e ao mesmo tempo o mais avançado da espécie (Quijano, 2005 P.110). Como prática comum, a hegemonia eurocêntrica classificou então o restante da população mundial como inferiores, portanto ocupando o passado. Tendo isso em vista, Quijano afirma que os europeus se afirmaram como portadores exclusivos de tal modernidade, da mesma maneira que se consideravam seus exclusivos criadores e protagonistas. Para Quijano, pouco importa se eles se consideravam protagonistas da própria história. O que irá chamar a atenção do autor é o fato de que a narrativa eurocêntrica se expandiu por meio da difusão e do estabelecimento dessa

perspectiva histórica - narrativa histórica essa com caráter hegemônico que figura uma Europa ficcional dentro do novo universo intersubjetivo construído pela imposição do novo padrão mundial do poder, a colonialidade.

O mito da modernidade como fato europeu se expandiu com a criação do sistema mundial colonial/moderno porém houve uma dura resistência a essa corrente teórica. Quijano afirma que a partir do fim século XIX até o século XX, a questão da modernidade voltou à tona e ganhou destaque após o fim da Segunda Guerra mundial, articulada ao debate do desenvolvimento-subdesenvolvimento. Essa resistência intelectual à perspectiva hegemônica da modernidade gerou bastante repercussão, sendo fruto desse debate as teorias da modernização. Ao citar as teorias da modernização, Quijano irá argumentar que:

a modernização não implica necessariamente a ocidentalização das sociedades e das culturas não-europeias, um dos argumentos mais usados foi o de que a modernidade é um fenômeno de todas as culturas, não apenas da europeia ou ocidental (Quijano, 2005 P.112)

Ao se colocar no lugar mais alto do pódio se afirmando com o continente mais desenvolvido do globo, o mito fundacional da modernidade europeia trará consigo as idéias de novidade, do racional-científico, porém esse traços que foram propagados como fatos tipicamente europeus podem ser encontrados em outras culturas e em outras épocas históricas. Podemos citar por exemplo as chamadas altas culturas (China, Índia, Egito, Grécia, Maia-Asteca, Tauantinsuio) que mostram em sua trajetória histórica os mesmos sinais/parâmetros reivindicados pelo etnocentrismo eurocêntrico, como detentora única de tal modernidade. Ao focarmos nossa lente em histórias que estão à margem, e que foram invisibilizadas do atual sistema mundo, iremos perceber que os mesmos sinais definidores da modernidade europeia estavam presentes em outras sociedades e culturas. Sobre isso, Quijano diz:

Na verdade, a estas alturas da pesquisa histórica seria quase ridículo atribuir às altas culturas não-européias uma mentalidade mítico-mágica como traço definidor, por exemplo, em oposição à racionalidade e à ciência como características da Europa, pois além dos possíveis ou melhor conjecturados conteúdos simbólicos, as cidades, os templos e palácios, as pirâmides, ou as cidades monumentais, seja Machu Pichu ou Boro Budur, as irrigações, as grandes vias de transporte, as tecnologias metalíferas, agropecuárias, as matemáticas, os calendários, a escritura, a filosofia, as histórias, as armas e as guerras, mostram o desenvolvimento científico e tecnológico em cada uma de tais altas culturas, desde muito antes da formação da Europa como nova id-entidade (Quijano, 2005 P.112)

A modernidade para muitos autores foi entendida como um fenômeno exclusivamente europeu. Alguns pensadores irão defender essa ideia como Charles Taylor, Stephen Toulmin, ou Jurgen Habermas. Ao defenderem essa tese, o filósofo Argentino Enrique Dussel afirma que os autores referidos levaram em consideração apenas fatos históricos europeus. Dussel concorda com os pensadores que afirmaram a patente europeia da modernidade, entretanto nos alertará que esse fato se relaciona de forma dialética com o não-europeu. Para Dussel, a modernidade nasce no momento em que o continente europeu se afirma como “centro” de uma história mundial, ao impor uma narrativa universal. Ao se afirmar como centro, Europa relega os demais continentes como sua periferia. A delimitação de centro e periferia preconizado pela concepção de modernidade figurou uma Europa ficcional. A compreensão da modernidade segundo o viés eurocêntrico se transforma então numa falácia desenvolvimentista.

Segundo Dussel, a interpretação histórica da Europa Moderna (a modernidade) carrega em seu seio uma interpretação hegemônica, interpretação essa que estabelece o continente Europeu como superior aos demais países. O autor coloca sob perspectiva dois conceitos de modernidade:

O primeiro conceito de modernidade apresentado por ele é eurocêntrico, provinciano, regional. A modernidade é entendida como emancipação, emancipação no sentido Kantiano, uma saída da imaturidade culpada por um esforço da razão como processo crítico, que proporciona à humanidade um novo desenvolvimento do ser humano (Dussel,). Dussel aponta para a primeira concepção de modernidade como "eurocêntrica" porque ela está ligada diretamente a fatos históricos que

aconteceram em solo europeu como a reforma protestante, o iluminismo e a Revolução Francesa. Dussel entende que tais eventos foram fundamentais para o estabelecimento do princípio da subjetividade moderna.

A segunda concepção de modernidade enxerga o continente europeu como determinação fundamental do mundo moderno o fato de ser (seus Estados, exércitos, economia, filosofia, etc.) centro da História Mundial (Dussel, xxxx). Essa concepção de modernidade reivindica a noção de que uma história mundial só foi possível através da constituição de um sistema-mundo, fato datado em 1492, momento esse onde o Oriente e América Hispânica passam a fazer parte do sistema mundo. Nesse contexto, Espanha será a primeira nação moderna, nação responsável por inaugurar o mercantilismo mundial, fato esse que possibilitou o acúmulo de riquezas e vantagem expressiva em comparação com outras nações europeias. Os fatos descritos acima caracterizam a primeira etapa da modernidade. Já a segunda etapa terá como marco a Revolução Industrial no Século XVIII e o Iluminismo, eventos que possibilitaram um desenvolvimento da modernidade que tem seu início datado no século XV. A partir desse momento Inglaterra passa a ocupar o posto de potência hegemônica substituindo a nação vizinha Espanha.

Fato decisivo que posicionou a Europa frente a outros continentes foi a exploração dos recursos naturais e a exploração de mão de obra gratuita por meio da escravidão dos povos africanos e indígenas. Segundo Quijano (2005) o garimpo de Ouro e prata, a exploração de mão de obra gratuita junto a localização geográfica privilegiada na vertente do Atlântico foram fatores que posicionaram o continente europeu à frente dos demais países no globo, condições essas que possibilitaram ao continente vantagem expressiva na disputa do controle do comércio mundial. Tendo esses fatores em vista, o continente europeu passou por uma progressiva monetarização perante o mercado mundial:

A progressiva monetarização do mercado mundial que os metais preciosos da América estimulavam e permitiam, bem como o controle de tão abundantes recursos, possibilitou aos brancos o controle da vasta rede pré-existente de intercâmbio que incluía sobretudo China, Índia, Ceilão, Egito, Síria, os futuros Orientes Médio e Extremo. Isso também permitiu-lhes concentrar o controle do

capital comercial, do trabalho e dos recursos de produção no conjunto do mercado mundial. (Quijano, 2005)

Tirar o véu dos acontecimentos que se passaram no período colonial é o meio pelo qual temos a possibilidade de entender como o continente Europeu ascendeu na história global. O controle e expansão do tráfico comercial mundial proporcionou ao continente europeu um reconhecimento jamais visto. Uma região historicamente nova constituía-se como uma nova id-entidade geocultural: Europa, mais especificamente Europa Ocidental. Essa nova id-entidade geocultural emergia como a sede central do controle do mercado mundial. (Quijano, 2005)

Ganhando o posto de centro do capitalismo mundial, o continente europeu não conseguiu apenas controlar o mercado mundial mas também expandir seu domínio colonial sobre todas as regiões e populações do planeta. Nesse movimento, o continente europeu incorporou essas regiões ao novo sistema-mundo e as submeteu ao seu padrão específico de poder. Quijano ao descrever essa trajetória, irá argumentar que ao se submeterem a esse novo padrão de poder(a colonialidade), as regiões/populações passaram por um processo de re-identificação histórica, momento esse onde Europa atribui novas identidades geo-culturais. Esse processo de re-identificação e produção de novas identidades só foi possível por meio da colonialidade, artifício que se instala nesse novo padrão de poder inaugurado com a invasão das Américas.

Inicialmente, Quijano nomeou a colonialidade do poder como "patrón colonial do poder" (matriz colonial do poder). A colonialidade descrita por ele se divide em quatro domínios inter-relacionados: controle da economia, da autoridade, do gênero e da sexualidade, do conhecimento e da subjetividade (Mignolo,2017). Os eventos que se desdobraram a partir desse novo padrão seguiam duas direções paralelas: A primeira foi a disputa entre estados europeus; a segunda entre seus estados e as vítimas coloniais, populações africanas e indígenas, ambas escravizadas e exploradas. Mignolo (2017) defende que o fundamento da colonialidade do poder se estrutura em dois pilares: o primeiro será o fundamento racial, categoria que ganhou força junto a emergência do circuito comercial; e o segundo, o fundamento patriarcal do conhecimento.

Mignolo irá defender que a Colonialidade do poder possui um fundamento histórico "teológico", prova disso será a expulsão das populações mulçumanas e judias do califado de Granada por meio da conquista de Al-Andalus. Nesse contexto, a teologia cristã foi responsável por marcar no "sangue" a distinção entre Cristãos, mouros e judeus. A conquista de Al-Andalus no final do século XV por parte da monarquia cristã espanhola foi realizada a partir do lema da "Pureza de sangue", discurso proracista que tinha a intenção de promover uma limpeza étnica no território. Ramon Grosfoguel (2016) argumenta que a prática de limpeza étnica no território de Al-andalus produziu um genocídio físico e cultural contra mulçumanos e judeus. Aqueles que não deixaram o território foram assassinados (genocídio físico) e os que decidiram permanecer foram forçados a se converterem ao cristianismo (genocídio cultural). Sobre o princípio de "pureza de sangue" Ramon Grosfoguel nos atenta que:

"A classificação social usada na época tinha uma relação com uma questão teológica de ter o "Deus equivocado" ou a "Religião errada" para dividir a sociedade em grupos religiosos. Em suma, o que importa aqui é o discurso da "pureza de sangue", usado na conquista de Al-Andalus, que foi uma forma de discriminação religiosa, mas ainda não era plenamente racista, pois não colocava em dúvida, de maneira profunda, a humanidade de suas vítimas" (Grosfoguel, 2012, pag 33)

Ao passo que a conquista de Al-andalus era celebrada pelos espanhóis, a descoberta das Américas era uma realidade. A invasão da América e a emergência do capitalismo colonial/moderno, inaugurou na história mundial um novo padrão de poder. Esse novo padrão de poder que emerge junto a conquista Ibérica do continente americano, a colonialidade, utilizou como meio de dominação a classificação social da população de acordo com a ideia de raça, categoria essa que nasce junto ao período colonial/colonialismo. Para Quijano (2005), a ideia de raça é a coluna que irá sustentar o projeto da colonização, ideia essa construída com a finalidade de classificar e dominar os povos colonizados. A ideia de raça, irá funcionar para os propósitos de dominação como um marcador que diferenciava os conquistadores dos conquistados. A construção mental da ideia de raça, pressupõe

uma distinta estrutura biológica que situava uns em situação natural de inferioridade em relação a outros. Essa ideia foi assumida pelos conquistadores como o principal elemento constitutivo, fundacional, das relações de dominação que a conquista exigia (Quijano, 2005 P. 107). Esse novo padrão de poder que possui vocação mundial, primeiro classificou a população da América e posteriormente se expandiu para o mundo, ressignificando as formas históricas de controle do trabalho, a utilização de seus recursos e produtos, aliado aos propósitos do capital e do mercado mundial.

A ideia de raça, nasce junto a travessia do atlântico aliada aos propósitos do colonialismo. Quijano estima que a sua origem em um primeiro momento pode ter sido associada como referência às diferenças fenotípicas entre os povos, contudo a ideia de raça como marcador da diferença, afirma a existência de supostas estruturas biológicas diferenciais entre esses grupos.

Historicamente, a ideia de raça foi propulsora na produção de novas identidades. Uma ampla diversidade/ pluralidade de povos e etnias se transformaram em uma figura única, a categoria "índio" se constituiu uma nova invenção da identidade moderna e colonial, homogeneizante das identidades heterogêneas que existiam nas Américas antes da chegada dos europeus (Grosfoguel, 2016.p 37). Homens e mulheres sequestrados do continente africano se homogeneizaram na figura construída do negro. Quijano relata que termos como espanhol e português, e posteriormente "Europeu" foram ressignificados, adotando uma conotação racial. A classificação dos indivíduos imposta pelo ímpeto colonizador tinha um propósito claro segundo o autor: Ao passo que novas identidades eram criadas e ressignificadas, a diferença entre os povos foi inserida em uma escala hierárquica. As relações sociais construídas com base na alteridade entre colonizado e colonizador revela-se então como um uma relação de dominação, relação essa que associava tais identidades a hierarquias, lugares e papéis sociais que na descrição colonial eram correspondentes e constituintes. Inaugura-se então na história um novo padrão de dominação: Raça e identidade racial ganham uma nova conotação e tornam-se mecanismos de classificação social básica da população.

Posto o conceito de raça, o passo seguinte foi estabelecer traços, características que diferenciavam o conquistado do conquistador. A cor foi o traço

fenotípico escolhido que passou a marcar a diferença tornando-se posteriormente como a característica emblemática da categoria racial (Quijano, 2005).

A ideia de raça imposta pelo processo colonial, nasce então como meio para legitimar as relações de dominação impostas na América latina. A partir da criação de novas identidades por meio do colonialismo europeu, o continente europeu também ganha uma nova identidade perante o mundo. Para Quijano, o nascimento dessa nova identidade europeia culminou na elaboração da perspectiva eurocêntrica do conhecimento, que por meio da elaboração teórica da ideia de raça naturalizou as relações de dominação entre o Europeu e o Não-europeu. A ideia de raça tal como foi construída pelos colonizadores além de legitimar as práticas de violência e dominação, estabelece em seu seio uma relação de hierarquia, onde situa o Europeu em uma posição superior e o não-europeu em um lugar de subalternidade, hierarquia essa que é imposta como natural. Impostos essa posição de inferioridade soma-se a isso tudo que faz parte da vida do colonizado, seus traços fenotípicos, bem como suas descobertas mentais e culturais (Citação). Tendo isso em vista, Quijano irá argumentar que a ideia de raça possui um papel central na composição na estrutura de poder que nasce junto a colonização das Américas. A ideia de raça será na composição dessa nova sociedade critério fundamental para a distribuição e classificação da população mundial, classificação essa que irá definir o seu nível de importância, seu lugar e o seu papel na estrutura de poder.

Para Mignolo, a colonialidade do poder será o conceito que busca explicitar como um momento prolongado de conflito entre povos e nações que na sua trajetória histórica passaram por momentos históricos diferentes entre 1492 até o presente. Memórias, epistemologias e sensibilidades plurais que através da colonialidade tiveram suas histórias locais submetidas ao projetos globais do colonialismo europeu. A colonialidade do poder proposta por Quijano (1997) implica e se constitui da seguinte forma:

1. A classificação e reclassificação da população do planeta - o conceito de "Cultura" torna-se crucial para essa tarefa de classificar e reclassificar.
2. Uma estrutura funcional institucional para articular e administrar tais classificações (aparato de Estado, Universidades, igreja etc).
3. A definição de espaços adequados para esses objetivos.
4. Uma perspectiva epistemológica para articular o sentido e o perfil da nova matriz de poder e a partir da qual canalizar a nova produção de conhecimento. (Mignolo, 2003 P. 41).

É através da colonialidade do poder que o mundo se articula para a produção de conhecimento e seu aparato classificatório. Tendo isso em vista, Mignolo nos atenta que o eurocentrismo torna-se, portanto, uma metáfora para descrever a colonialidade do poder, na perspectiva da subalternidade. Da perspectiva epistemológica, o saber e as histórias locais europeias foram vistos como projetos globais. (Mignolo, 2003).

Para que o projeto da modernidade fosse viabilizado, não foi necessário apenas a imposição da força e hegemonia sob as demais regiões conquistadas. O projeto da modernidade contou também com um processo de elaboração intelectual que justificasse a sua necessidade, produzindo assim uma perspectiva de conhecimento e o modo como ele deveria ser produzido. Essa perspectiva de conhecimento e a imposição do modo como ele deveria ser produzido representa para Quijano (2005) o caráter do padrão mundial de poder, padrão esse colonial/moderno, capitalista e eurocentrado. Essa perspectiva e modo concreto de produzir conhecimento se reconhecem como eurocentrismo (Quijano, 2005).

O eurocentrismo como perspectiva e modo de produzir conhecimento nasce na Europa ocidental antes do século XVII, porém, é com a emergência do circuito Atlântico e com o surgimento da modernidade que ela se tornou mundialmente hegemônica. Para Quijano, seu nascimento está associado à específica secularização burguesa do pensamento europeu ganhando uma roupagem nova

junto a experiência e as necessidades do padrão mundial de poder capitalista, colonial/moderno, eurocentrado, estabelecido a partir da América (Quijano, xxxxx). Ao falarmos de eurocentrismo, não estamos abordando uma categoria que implica toda a história cognoscitiva em toda Europa, nem mesmo a da Europa ocidental. A respeito do eurocentrismo, Quijano irá argumentar que:

não se refere a todos os modos de conhecer de todos os europeus e em todas as épocas, mas a uma específica racionalidade ou perspectiva de conhecimento que se torna mundialmente hegemônica colonizando e sobrepondo-se a todas as demais, prévias ou diferentes, e a seus respectivos saberes concretos, tanto na Europa como no resto do mundo. (Quijano, xxxxx)

Segundo Mignolo (2010) a partir dos anos 70 a temática do conhecimento começou a ser discutida no debate acerca dos instrumentos e mecanismos coloniais. Ao reconhecer o conhecimento como uma forma e estratégia de dominação, se admite que um dos caminhos para a descolonização deve ser a descolonização do saber e do ser (da subjetividade).

A teoria da dependência formulada por Aníbal Quijano teve uma importante colaboração na elaboração do conceito de colonialidade e descolonização, conceitos amplamente debatidos pelo grupo modernidade/colonialidade. Formulado nos anos 70, a teoria da dependência focou a sua investigação no debate político (o poder do estado, o controle militar, a intervenção e etc) e na Economia, e tinha como propósito analisar as relações que se dão entre essas esferas entre centro e periferia. A ideia de que na economia existem centros e periferias abriu o precedente para que essa concepção também se aplica-se a outras temáticas. A partir desse momento conhecimento e filosofia entram no debate. Sob essa perspectiva, temos o nascimento do conceito de colonialidade formulado por Anibal Quijano nos anos 80. Acerca do conceito de colonialidade do poder, Mignolo discorre que:

Quijano explicitamente vincula colonialidad del poder en las esferas política y económica con la colonialidad del conocimiento y termina el argumento con la consecuencia natural: si el conocimiento es un instrumento imperial de colonización, una de las tareas urgentes que tenemos por delante es descolonizar el conocimiento (Mignolo,2010 P.10-11)

O conceito de colonialidade proposto por Quijano mobilizou diversos pensadores a se debruçarem sobre a questão. Tendo isso em vista, o conceito de descolonialidade passa a fazer parte do vocabulário do grupo Modernidade/Colonialidade. Inicialmente o conceito de colonialidade do poder teve foco no debate econômico e político e posteriormente se estendeu a problematização da colonialidade do conhecimento (ou colonialidade do saber) e a colonialidade do ser que irá abarcar as categorias de gênero, sexualidade, subjetividade e conhecimento.

A colonialidade do poder, mecanismo de controle e dominação que se perpetua após os movimentos de independência/libertação não se apresenta de forma clara e explícita. Mignolo irá descrever a colonialidade como um projeto composto por várias atividades e controles específicos que se entrelaçam e se complementam entre si. Nesse sentido, o conceito proposto por Quijano se apresenta como um fio condutor que pretende explicitar quais são os âmbitos de ação da colonialidade do poder onde se objetiva trazer à luz a complexa matriz colonial do poder. A matriz colonial do poder ou MCP segundo Mignolo (2010) está sustentada em 3 pilares: o conhecer (epistemologia), entender ou compreender (Hermenêutica) e o sentir (Aesthesis). Segundo ele, o controle da economia e da autoridade (a teoria política e econômica) estão sustentadas e dependem desses 3 pilares. A matriz colonial do poder na formulação de Quijano se apresenta da seguinte forma:

"A matriz colonial do poder é em última instância uma rede de crenças sobre as quais se atua e se racionaliza a ação, se tira vantagens dela ou se sofre as consequências" (Mignolo, 2010 P.12)

Colocar em questão como foi possível o estabelecimento do capitalismo mundial traz à tona a pretensão do continente Europeu em se afirmar como centro e ponto de chegada. Para que esse projeto fosse viabilizado, Quijano defende que foi necessário que as populações e regiões submetidas a hegemonia europeia, tivessem suas histórias, em geral heterogêneas e diversas, submetidas a

hegemonia eurocêntrica. Em outras palavras, como parte do novo padrão de poder mundial, a Europa também concentrou sob sua hegemonia o controle de todas as formas de controle da subjetividade, da cultura, e em especial do conhecimento, da produção do conhecimento. (Quijano, 2005 P.110).

Nesse sentido, foi necessário por parte dos europeus uma série de operações as quais foram responsáveis por criar condições para que esse projeto obtivesse o resultado esperado. Quijano irá citar três estratégias que possibilitaram os colonizadores imporem seu domínio com o objetivo do estabelecimento do capitalismo mundial. A primeira estratégia consistiu em expropriar as populações colonizadas. Em síntese os descobrimentos culturais do colonizado foram colocados/as sob juízo e aqueles mais aptos ao desenvolvimento do capitalismo foram expropriados de sua cultura/povo original. Em segundo lugar, foi empreendido uma força de repressão às formas de produção do conhecimento, conforme Quijano irá argumentar:

"reprimiram tanto como puderam, ou seja, em variáveis medidas de acordo com os casos, as formas de produção de conhecimento dos colonizados, seus padrões de produção de sentidos, seu universo simbólico, seus padrões de expressão e de objetivação da subjetividade. A repressão neste campo foi reconhecidamente mais violenta, profunda e duradoura entre os índios da América ibérica, a que condenaram a ser uma subcultura camponesa, iletrada, despojando-os de sua herança intelectual objetivada." (Quijano, 2005 P. 111)

Não bastasse a expropriação dos conhecimentos (somente aqueles que eram convenientes) e a repressão das formas de ser e saber dos povos submetidos a colonização e hegemonia europeia, a terceira estratégia descrita por Quijano diz a respeito sobre a imposição dos conhecimentos e imaginário do ocidente. A imposição da cultura dos dominadores tinha uma intenção precisa - ao aprender a cultura dos dominadores, perpetua-se o domínio e principalmente a possibilidade de reprodução da cultura de dominação. Essa reprodução do modo de vida se materializava nos campos da atividade material, tecnológica, como da subjetiva,

especialmente religiosa. A contribuição da religiosidade judaico-cristã teve uma contribuição significativa nesse período. Ao refletir sobre a condição ao qual as regiões e populações estavam submetidas, Quijano conclui que as investidas do processo colonial implicaram diversas consequências:

Todo esse acidentado processo implicou no longo prazo uma colonização das perspectivas cognitivas, dos modos de produzir ou outorgar sentido aos resultados da experiência material ou intersubjetiva, do imaginário, do universo de relações intersubjetivas do mundo; em suma, da cultura. (Quijano, 2005 P.111)

Wallerstein ao colocar em questão como se deu a constituição do novo sistema mundo por meio das eras coloniais, irá argumentar que o continente europeu ao se transformar no centro do mundo moderno resultou na culminação de um traço comum a todos dominadores coloniais e imperiais da história, o etnocentrismo (Citação). Quijano ao utilizar de um fragmento do pensamento de Wallerstein propõe que essa afirmação etnocêntrica do continente europeu perante o mundo tem fundamento e pode ser justificada. Ao pôr em diálogo o conceito de raça e etnocentrismo, o autor pretende elucidar o que levou os europeus a se sentirem superiores em relação a diversa população mundial mas principalmente como os europeus afirmaram ser naturalmente superiores.

O conceito de raça será um marcador fundamental para compreendermos como as alteridades foram codificadas no período colonial. Raça, conceito esse que nasce com as modernidades coloniais, uma operação mental, será um/o conceito responsável que ocupou papel central no estabelecimento desse novo padrão de poder com vocação mundial. Será por meio dele que podemos observar profundas modificações na história da humanidade. Quijano argumenta que o conceito de raça dá conta de explicar como as relações intersubjetivas foram alteradas nesse período, como o continente europeu conseguiu transformar tal relação em uma relação hegemônica e principalmente de sua percepção de conhecimento.

"os europeus geraram uma nova perspectiva temporal da história e re-situaram os povos colonizados, bem como a suas respectivas histórias e culturas, no passado

de uma trajetória histórica cuja culminação era a Europa" (Mignolo, 1995; Blaut, 1993; Lander, 1997)

Ao re-situarem os outros povos, o continente europeu em seu ímpeto etnocêntrico e em sua postura hegemônica não situou os demais países e continentes em pé de igualdade mas os hierarquizou. Abraçados pela categoria mental de raça, posicionou o continente europeu no topo da história mundial e o outro - o colonizado - como inferiores. Ao questionar esse passado colonial, Quijano irá afirmar que a crítica às modernidades coloniais e a hegemonia eurocêntrica não pode ser pensada sem a categoria básica de Raça:

De acordo com essa perspectiva, a modernidade e a racionalidade foram imaginadas como experiências e produtos exclusivamente europeus. Desse ponto de vista, as relações intersubjetivas e culturais entre a Europa, ou, melhor dizendo, a Europa Ocidental, e o restante do mundo, foram codificadas num jogo inteiro de novas categorias: Oriente-Occidente, primitivo-civilizado, mágico/mítico científico, irracional-racional, tradicional-moderno. Em suma, Europa e não-Europa. (Citação)

Ao criar essa perspectiva binária, dualista de conhecimento, o continente europeu irá impor tal concepção ao passo que vai expandindo seus domínios coloniais. Eurocentrismo será portanto uma perspectiva hegemônica do conhecimento que será exportada do continente europeu para o mundo. Na tentativa de explicar como se deu esse processo, e como a versão eurocêntrica da modernidade, Quijano nos diz que essa atitude está ancorada em dois mitos fundacionais: O primeiro diz a respeito sobre uma ideia-imagem criado pelo continente - Estado de Natureza. Ao partirem desse mito, o autor irá afirmar que os europeus partiram dessa ficção de que a história da civilização tem como início o Estado de natureza - esse estado primitivo - e que tem como ponto final a Europa como ponto mais elevado de toda trajetória. E segundo, na atribuição de sentidos as diferenças entre o Europeu e o não-europeu como diferenças naturais (aplicação do conceito de raça na produção de alteridades), esvaziando de sentido a história do poder e como ele se estabeleceu na história colonial. Quijano nos atenta que ao focarmos nossa atenção a esses dois mitos fundacionais da perspectiva

eurocêntrica iremos esbarrar no fundamento do evolucionismo e do dualismo, dois elementos nucleares do eurocentrismo.

Referências

BALLESTRIN, Luciana. América Latina e o giro decolonial. Revista Brasileira de Ciência Política, no11. Brasília, maio - agosto de 2013.

LANDER, Edgardo. Ciencias sociales: saberes coloniales y eurocéntrico. In: _____. La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas latinoamericanas. Colección Sur Sur, CLACSO, Ciudad Autónoma de Buenos Aires, Argentina, 2000, p. 4-23

DUSSEL, Enrique. Europa, modernidade e eurocentrismo. In: LANDER, Edgardo (org.). A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais: perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005. p. 24-32. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/>. Acesso em: 19

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina. In: LANDER, Edgardo (org.) A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos aires: Colección Sur Sur, CLACSO, set. 2005, pp. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/pt/Quijano.rtf>

MIGNOLO, Walter. COLONIALIDADE: O LADO MAIS ESCURO DA MODERNIDADE. Revista Brasileira de Ciências Sociais, [s.l.], v. 32, n. 94, p.01-18, 2017. ANPOCS. <http://dx.doi.org/10.17666/329402/2017>.

MIGNOLO, Walter. Desobediência epistêmica. A opção descolonial e o significado de identidade em política. Cadernos de Letras da UFF. Dossiê Literatura, língua e identidade, Rio de Janeiro, n. 34, p. 287-324, 2008.

